

Esta obra foi publicada no âmbito do projeto '500 Anos da Diocese do Funchal'
apoiado pelo programa 'Intervir +'

TÍTULO

Diocese do Funchal - A Primeira Diocese Global:
História, Cultura e Espiritualidades [Volume II]

DIREÇÃO

José Eduardo Franco e João Paulo Oliveira e Costa

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Cristina Trindade e Joana Balsa de Pinho

AUTORES

Aires Gameiro, Alberto Vieira, Ana Patrícia R. Alho, Annabela Rita, António Carrilho
António José Borges, António Manuel de Andrade Moniz, António Mateus Vilhena
Antonio Tejera Gaspar, Augusto Nascimento, Carlos Moreira Azevedo, Cecília Chá Chá
Conceição Estudante, Cristina Trindade, Daniel Pires, Daniela Marcheschi
Danilo Fernandes, Dina Jardim, Elisa Maria Lessa, Francisco Caldeira
Francisco Senra Coelho, Graça Alves, Helena Paula F. S. Borges, Irineu Cabral Barreto
Isabel Barca, Isabel Cruz Almeida, Isabel dos Guimarães Sá, Isabel Mendonça, Isabel Nery
Isabel Santa Clara, J. A. Jesus, Jacinto Jardim, Joana Balsa de Pinho
João Baptista Pereira Silva, João David Pinto-Correia, João Francisco Marques
José Eduardo Franco, José Ornelas Carvalho, José Tolentino Mendonça
José Xavier Dias, Leonor Martins Coelho, Luísa Marinho Antunes, M. Menezes de Sequeira
Manuel Curado, Manuel Hernández González, Manuel Moraes, Margarida Miranda
Margarida Pocinho, Marta Maria Peters Arriscado de Oliveira, Martinho Soares
D. Maurílio Gouveia, Miguel Real, Paulo Esteireiro, Paulo Ladeira, Paulo Rocha
Porfírio Pinto, Rafael Moreira, Raimundo Quintal, Regina Capelo, Ricardo Santos
Rita Rodrigues, Rui Carita, Sancho Rodrigues, Sandra Leandro, Teodoro de Faria
Teresa Margarida Lopes Brazão Cupertino da Câmara, Vítor Serrão

REVISÃO

Alice Gago, Beatriz Miranda, Carlos Serra
Catarina Pereira, Maria José Figueiredo e Sofia Carvalho

DIREITOS RESERVADOS © Diocese do Funchal

DESIGN DA CAPA DesignGlow

IMPRESSÃO E ACABAMENTO ACD PRINT

DEPÓSITO LEGAL 386540/15

ISBN 978-989-99352-0-4

1ª EDIÇÃO Janeiro de 2015

DIOCESE DO FUNCHAL

Largo do Visconde Ribeiro Real 9001-801 Funchal

Obra produzida e publicada em parceria com
Esfera do Caos Editores

Bizex - Consultadoria, Gestão e Execução de Projetos
APOIO TÉCNICO E CIENTÍFICO À EDIÇÃO

DIOCESE DO FUNCHAL

**A PRIMEIRA
DIOCESE GLOBAL**

HISTÓRIA, CULTURA
E ESPIRITUALIDADES

DIREÇÃO

**JOSÉ EDUARDO FRANCO
JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA**

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

**CRISTINA TRINDADE
JOANA Balsa DE PINHO**



DIOCESE DO FUNCHAL
1514+2014
IGREJA EM MISSÃO

O Padre Manuel Álvares e a primeira gramática global

Margarida Miranda¹

Manuel Álvares, jesuíta

Uma das grandes medalhas de glória da diocese do Funchal foi o padre Manuel Álvares (1526-1583), um jesuíta cuja obra foi, ao longo mais de dois séculos, um *best seller* mundial, conheceu edições contínuas até ao século XX e atravessou gerações e continentes ao longo dos tempos.

O que ela tem de mais invulgar aos olhos do século XXI é tratar-se de uma gramática de língua latina, o que nada tinha de surpreendente no seu tempo. A língua latina nada tinha então de marginal ou de singular; pelo contrário, era a língua culta, de acesso à instrução literária, à ciência e à cultura, em todo o Ocidente.

Manuel Álvares nasceu em 1526, na Vila de Ribeira Brava, filho de gente humilde. Foram seus pais Sebastião Gonçalves e sua mulher, Beatriz Álvares. Do pai dizia o jesuíta que era “um pobre [homem], que mandara o [filho] guardar uma vinha que trazia nos olhos”. Mas os seus olhos, já o rapaz lançara sobre as letras, e estas alimentaram-lhe outros sonhos para o futuro. Andava nesse tempo a estudar gramática, dizia ele, “tanto que chegou a pretéritos e começara a fantezia a entrar com ele, e [começou] a dizer consigo que quem já sabia pretéritos, não se havia de ocupar em guardar a vinha de seu pai”².

Com efeito, quando Manuel Álvares nasceu, já a ilha era um lugar cada vez mais próspero, aonde afluíam não apenas os homens de negócios, ligados ao comércio do vinho e do açúcar, mas também religiosos e clérigos letrados, que os donatários atraíam para beneficiarem as suas capitania. Proliferavam os conventos na cidade, sobretudo de franciscanos, embora os primeiros jesuítas só tenham chegado em 1566³.

Aos 12 anos, em 11 de Agosto de 1538, Manuel Álvares e seu irmão Francisco receberam ordens menores, não na Companhia de Jesus, mas na paróquia a que pertenciam, na igreja de Ribeira Brava, das mãos do Bispo D. Ambrósio (com licença do Arcebispo, D. Martinho de Portugal).

Nada sabemos do que depois se passou, porque o contacto com a Companhia de Jesus veio a dar-se apenas sete anos mais tarde, quando Manuel Álvares contava 19 anos. Conta António Franco (p. 95), uma das fontes biográficas, que, passando na Madeira

¹ Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.

² António Franco, *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Jesus de Coimbra em Portugal*, 2 vols., Évora, s.n., 1719, p. 96.

³ O colégio, porém só foi fundado em 1570. Rui Carita, *O Colégio dos Jesuítas do Funchal*, Funchal, Associação Académica da Universidade da Madeira, 2013.

as naus da Índia, ali deixaram por motivo de doença um religioso jesuíta, que se foi curar no hospital. Manuel Álvares foi visitá-lo, porque queria saber novas de um amigo que tinha em Lisboa, e assim teve conhecimento da companhia e decidiu entrar nela. No ano seguinte, em 4 de Julho de 1546, era recebido no noviciado de Coimbra, pelo Mestre Simão Rodrigues.

A Companhia de Jesus estava então nos seus inícios. Simão Rodrigues chegara a Portugal com S. Francisco Xavier havia 6 anos (em 1540) e logo alimentara a ideia de um colégio em Coimbra, destinado à formação dos membros da ordem. Foi esse colégio que teve início em 1542 (2 de Julho), em instalações provisórias na parte alta da cidade, tornando-se assim, segundo Pereira Gomes, o primeiro colégio que a Companhia de Jesus fundou em todo o mundo⁴.

Manuel Álvares fez o noviciado durante um ano e aplicou-se ao estudo, como era sua intenção: primeiro o estudo das línguas latina, grega e hebraica, seguido do estudo da filosofia e da teologia. Fê-lo com tão grande proveito, que os superiores o destinaram ao ensino. Era então o colégio de Coimbra um colégio de ensino privado, tal como o de Évora (1551). As primeiras escolas públicas em Portugal abriram em Lisboa, por iniciativa de Santo Inácio, que disso encarregou Simão Rodrigues em carta de 1551. Foi então que, para cumprir esse desígnio, foi preciso chamar de Coimbra dois dos primeiros mestres: Manuel Álvares e Cipriano Soares, a quem foi entregue o ensino das humanidades e da retórica.

Foram anos de grande prestígio para o colégio de Santo Antão, que contou desde sempre com o favor de D. João III, mas era notória a dificuldade dos mestres em responder a tão elevada procura, com um número crescente de classes e de alunos, e nos lugares tão dispersos em que a Companhia de Jesus desenvolvia atividade. Na verdade, a partir de 1551, aproximadamente, os colégios multiplicaram-se a um ritmo de quatro ou cinco por ano, tanto na Europa como nas missões do Brasil e das Índias, com uma rápida expansão numérica e geográfica (em 1549 os Jesuítas chegam ao Japão). E se na intenção inicial do fundador, o ensino escolar não era a prioridade, é por esta altura que Santo Inácio inscreve nas *Constituições* da Companhia o ministério do ensino, passando então a desejar que se multiplicassem os colégios, mais do que as casas professoras⁵.

⁴ No artigo citado "Colégio de Jesus", in *Enciclopédia Verbo século XXI*, o autor acrescenta que "(...) voltando ali [Simão Rodrigues] em 1547, benzeu e lançou a primeira pedra do edifício definitivo, projectado para albergar c. de 200 religiosos e dedicado ao nome de Jesus". António José Teixeira em *Documentos para a História dos Jesuítas em Portugal*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1899, pp. 120 e 123, conserva alguns documentos da primeira comunidade de estudantes em Coimbra.

⁵ Só em 1547 a bula *Licet debitum* deu aos jesuítas permissão para ensinar a teologia e todas as outras disciplinas em toda a parte. Na verdade, o Papa Paulo III já nomeara professores de teologia alguns jesuítas, em Roma, Mainz, Ingolstadt; e em Portugal, em 1545, Santo Inácio consentira que Simão Rodrigues se tornasse mestre do herdeiro da coroa. Estas causas, porém, vieram apenas somar-se à crescente necessidade de formar os membros da própria ordem. Na verdade, numa carta que Polanco escreve a S. Francisco de Borja em 1555 (um ano antes da morte de Santo Inácio), afirma que é desejo do fundador que os colégios se multipliquem, mais do que as casas. Cf. "Monumenta Ignatiana. Sancti Ignatii de Loyola Societatis Iesu fundatoris epistolae et instructiones" in *Monumenta Historica Societatis Iesu*, vol. 9, Madrid, 1903-1911, p. 83.

Manuel Álvares foi um daqueles jesuítas da primeira geração que, como Cipriano Soares na retórica, Pedro Perpilhão na oratória, Miguel Venegas no teatro e Pedro da Fonseca na filosofia, marcaram positivamente o ensino da Companhia de Jesus em todo o mundo, antes mesmo da primeira edição da *Ratio Studiorum* de 1586, publicada definitivamente em 1599; todos estes nomes correspondem a professores cujas obras circularam em todo o mundo, naquela que foi a primeira e a mais vasta rede escolar do início da era moderna, em virtude de as suas obras fazerem parte do cânone de estudos que os colégios adotaram de forma universal.

No colégio de Santo Antão, as aulas começaram em Fevereiro de 1553, e no ano seguinte, em 1554, o colégio já tinha 600 alunos. Uma das classes tinha 200 estudantes e foi preciso dividi-la em duas. Quando em 1555 Dom João III entregou o Real Colégio das Artes, de Coimbra, à Companhia de Jesus, foi necessário esvaziar o colégio de Lisboa para chamar a Coimbra mestres dignos de sucederem aos mestres parisienses, que a Inquisição destituiu. E o padre Manuel Álvares regressa a Coimbra, onde vem a ser professor e, mais tarde, reitor.

Foram tais as dificuldades daquela nova empresa, que o novo provincial, Miguel de Torres, se mostrava contrário e bastante pessimista em relação ao real colégio. O encargo fora aceite apressadamente, sem que a companhia se prevenisse de gente bastante; onde havia quinze lentes era agora preciso um exército; parecia-lhe, pois, empresa demasiada para o que convinha ao instituto, e economicamente ruinosas⁶.

As fontes jesuíticas ligadas aos colégios multiplicam as informações sobre a vida absorvente desses mestres, dia e noite dedicados ao ensino e aos estudantes, e sempre insuficientes para responderem ao número crescente dos alunos que os procuravam. Os receios do provincial parecem confirmar-se por um testemunho bastante curioso que reporta, por um lado o tradicional preconceito da Universidade contra os estudos das humanidades, e por outro lado, o desconcerto da própria Universidade diante professores de valor tão desigual: os das três primeiras classes (entre os quais se contava Manuel Álvares), esses, eram tidos por pessoas mui doutas, e eram-no de facto; mas não parecia correto que se tivesse maior opinião daqueles do que dos de artes...⁷

Era nesse ambiente de carência de mestres, de multidões em sala de aula e de professores sobrecarregados de lições, a trabalhar muito acima das suas posses, que a Companhia procurava uniformizar o ensino onde quer que se criassem colégios, elaborando programas e práticas de estudo que fossem universalmente aceites, para garantir um padrão de qualidade.⁸ Efetivamente, da atividade daquele grupo de homens notáveis que se cruza-

⁶ Cf. Carta de Miguel de Torres a Inácio de Loyola, 4 de Novembro de 1555, "Epistolae Mixtae ex variis Europae locis ab anno 1537 ad 1556 scriptae", in *Monumenta Historica Societatis Iesu*, vol. IV, Madrid, 1898-1901, pp 80-84.

⁷ "Epistolae et Acta Patris Jacobi Lainii", in *Monumenta Historica Societas Iesu: Epistolae et Acta Patris Jacobi Lainii*, vol. 2, Madrid, 1912-1917, p. 368.

⁸ Em 1542 tem início o colégio de Jesus em Coimbra, para o ensino privado (embora o edifício tenha começado em 1547). Em 1551 abriu o de Évora, com aulas públicas a partir de 1553 e com estatuto de Universidade a partir de 1559; em 1555, os jesuítas recebem o Colégio das Artes da Universidade Coimbra, dois anos depois de terem dado início às aulas públicas em Santo Antão; em 1560, nascia o Colé-

ram em Coimbra, nasceram os manuais que a *Ratio* havia de recomendar e estender a todos os colégios da Companhia: a *Gramática* de Manuel Álvares, cuja primeira edição completa saiu em Lisboa em 1572, e a *Retórica* de Cipriano Soares, publicada pela primeira vez em Coimbra dez anos antes⁹. A *Gramática da língua latina* do padre Manuel Álvares (*Emmanuelis Aluari e Societate Iesu de Institutione Grammatica libri tres*), iria inaugurar uma nova era no estudo da língua latina, com um número extraordinário de edições em todo o planeta, e um uso ininterrupto ao longo de três séculos.

Génese da obra

No século XVI, não faltavam compêndios de gramática latina para uso dos mestres. Até 1572, conta Amadeu Torres cerca de 17 a 20 edições de compêndios gramaticais latinos, sem contar com uma gramática de João de Barros que se conservou manuscrita¹⁰. Tínhamos o gramático espanhol Pastrana, que, para Nebrija, era um dos símbolos da barbárie a erradicar, mas também tínhamos três edições do próprio Nebrija, assim como duas do gramático Estêvão Cavaleiro, duas do humanista flamengo Clenardo, e duas de Jerónimo Cardoso, professor em Lisboa e autor de um *Dictionarium latino lusitanicum et vice versa lusitanico latinum*. Entre outras, que omito por razões de economia, encontramos também uma de André de Resende e duas do conhecidíssimo Despautério. O grande gramático flamengo Johannes de Spouter ou de Spauter, formado em Lovaina (1480-1520), era o autor da gramática que suplantara para sempre a torrencial e complicadíssima gramática medieval de Alessandro Villadei, e que os jesuítas adotaram em Portugal desde os inícios. Essa mesma (a de Despautério) continuava, aliás, em uso, quando Manuel Álvares escrevia as suas lições. Por ela é que tinham estudado os primeiros jesuítas que tinham frequentado a Universidade de Paris, e o seu grau de aceitação pode ser ajuizado pelas 400 edições e reelaborações que conheceu. Todas estas tinham, porém, em comum a luta contra os gramáticos medievos, apodados de bárbaros, e todas acabavam por incorrer nos mesmos erros que queriam evitar, depreciando-se mutuamente.¹¹

gio de S. Paulo em Braga e o de S. Lourenço, no Porto; em 1570, o Colégio da Ascensão em Angra e o de S. João Evangelista no Funchal; em 1575 são lançados os fundamentos do Colégio de Jesus em Angola; em 1591 tem início o Colégio de Todos os Santos em Ponta Delgada; em 1599, o de Santiago em Faro; em 1605 é fundado o Colégio de S. Sebastião, em Portalegre; em 1621, o Colégio de Nossa Senhora da Conceição em Santarém; em 1644 nasce mais um colégio em Elvas; outro em 1652, no Faial; outro em 1655 em Setúbal; outro ainda em 1660, em Portimão, e em 1670 em Beja e em Lisboa.

⁹ Os manuais em causa são Manuel Álvares, SJ, *De Institutione Grammatica Libri Tres*, Excudebat Ioannes Barrerius Typographus Regius, MDLXXII; e Cipriano Soares SJ, *De Arte Rhetorica Libri Tres ex Aristotele, Cicerone et Quintiliano praecipue deprompti*, Conimbricae, apud Ioannem Barrerium, 1562.

¹⁰ Amadeu Torres, "Humanismo inaciano e artes de gramática: Manuel Álvares, entre a *ratio* e o *usus*", in *Gramática e Linguística. Ensaios e outros estudos*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1998, p. 90.

¹¹ Em Itália, o uso da gramática de Despautério encontrou dificuldades: Os alunos achavam-na 'bárbara', diante das gramáticas dos humanistas locais que conheciam (Emilio Springhetti, "Storia e fortuna della Grammatica di Emmanuele Alvares", *Humanitas*, 13-14, 1961-1962, p. 284). Além destas fontes, Manuel Álvares mostra conhecer também importantes gramáticos humanistas da Europa: Teo-

Santo Inácio conhecia estas controvérsias ou pelo menos estas incertezas em relação a gramáticas aptas a responder às novas aspirações humanísticas, e desde sempre manifestou a intenção de encontrar a gramática que tivesse a aprovação de todos, para uso nas escolas da Companhia. Pediu-a expressamente em 1551 ao humanista André de Freux (Frusius), reitor do Colégio Germânico desde 1522 até à sua morte em 1556, mas a gramática em verso que este compôs não obteve a aprovação necessária.

Outra tentativa foi a do padre Anibal Du Coudret SJ, professor em Messina, e a do próprio padre geral Diogo Ledesma, publicada em Veneza pelo célebre impressor Tramezzino em 1569, esta já em prosa, sujeita a uma nova ordem de apresentação das matérias. Mas nenhuma encontrava a aceitação desejada.

Ao mesmo tempo, em Coimbra, trabalhava assiduamente Manuel Álvares, ao longo de vários anos, na elaboração dos seus apontamentos. Ao tomar conhecimento disso, foi o próprio padre geral, Diogo Lainez, que escreveu ao jesuíta madeirense, em Outubro de 1564, pedindo-lhe que enviasse para Roma os seus escritos, a fim de servir para o bem comum, se fossem considerados adequados (Cf. *Mon. Lain.* 8: 265). Mas o trabalho de Manuel Álvares arrasta-se ainda por dois anos de silêncio, até que o novo geral, S. Francisco de Borja, lhe envia o encargo preciso de compor uma gramática latina. Como o resultado tardasse, o padre ordenou-lhe pouco depois que tudo concluísse dentro de seis meses, pois era urgente uniformizar o ensino nos colégios¹². Mesmo assim, o trabalho prolongou-se por três anos, até que em 1570 é enviada uma parte a Roma e dali a Veneza, onde é editada por Tramezzino. A edição integral, à qual Manuel Álvares se dedicou inteiramente nos anos seguintes, veio à luz em Lisboa só em 1572, juntamente, aliás, com a mais simbólica das obras de literatura vernácula, os *Lusíadas* de Luís de Camões.

Finalmente o governo da Companhia encontrava a gramática com que pretendia substituir gradualmente as gramáticas tradicionais de Alexandre de Vila Dei (*Doctrinale*), a de Despauterius (1460-1520), que era seguida em praticamente todos os colégios de jesuítas, e mesmo a de António de Nebrija, que em Espanha e no México detinha os privilégios da Coroa.

Para os autores da *Ratio* de 1586, os estudos humanísticos tinha o seu princípio e o seu fundamento na gramática latina, razão pela qual a escolha do melhor texto não fora deixada ao acaso. De facto, se as primeiras bases fossem deficientes, não se poderia esperar bom proveito, e se as tenras mentes dos jovens assimilassem formas incorretas, delas não se livrariam facilmente, pois a ânfora conservava para sempre o perfume daquilo que outrora havia contido, afirmavam, valendo-se do verso de Horácio¹³. Nesse últimos anos, os alunos e os colégios haviam passado de um a outro autor de Gramática, com grande prejuízo do ensino, pois no momento em que deviam progredir no

doro de Gaza, Lourenço Valla, Guilherme Budé, todos corifeus do humanismo europeu; e sobretudo a obra dos gramáticos antigos, Prisciano e, de forma menos visível, Donato.

¹² *Monvmenta Historica Societatis Iesv: Sanctus Franciscus Borgia quartus Gandiae Dux et Societatis Iesu Praepositus Generalis tertius*, 5 vols. Madrid, 1894-1911 [= *Mon. Borg.* 4: 484].

¹³ *Epistulae*, 1, 2, 69.

estudo eram obrigados a adquirir novas noções, desconstruindo o que antes tinham aprendido e como que “revolvendo sempre o terreno, em lugar de erguerem nele o edifício”¹⁴. E eis que essa gramática havia sido encontrada: *in ea re, strenue laborasse uidetur Emmanuel noster*¹⁵. Indicações claras e precisas, seguras e elegantes encontravam-se doravante na *Gramática* de Manuel Álvares.

Sucederam-se os elogios, vindos de dentro e fora da Companhia, de gramáticos e de humanistas distintos, não sem alguns protestos de algumas províncias, relacionados sobretudo com o desconforto de abandonar um caminho já conhecido, como era o método de Despautério, com o qual a maioria dos jesuítas estava familiarizada.

A adoção da Gramática de Manuel Álvares como manual oficial pela *Ratio Studiorum*, foi confirmada e reforçada pela edição definitiva de 1599, que consagrava a sua autoridade acima de qualquer outra e tornava-a texto oficial para todos quantos estudavam nos colégios de jesuítas espalhados pelo mundo. Isso bastaria para lhe dar a categoria de primeira gramática global, se ela não se tivesse igualmente imposto fora dos meios jesuíticos, junto de seminários e de escolas de humanistas, que reconheciam nela maior ordem e sistematicidade, a elegância do seu latim, a erudição superior e a abundância de exemplos clássicos. Não se tratava apenas de uma autoridade que os mestres deviam considerar como referência. Na verdade, a tripartição dos estudos de gramática, nos colégios, em três níveis ou classes (dentro da Europa, ou nas Américas, em África, na Índia e na mais remota Ásia), mais não faz do que atribuir a cada uma das classes um livro específico dos *De Institutione Grammatica Libri Tres*, em que Manuel Álvares dedicava um livro à morfologia, outro à sintaxe e outro a questões de métrica e de prosódia¹⁶.

Projeção da Gramática latina no mundo

Quando o país celebrou o quarto centenário da Universidade de Évora, onde Manuel Álvares exerceu funções de reitor e onde veio a falecer, um professor da Universidade Gregoriana, Emilio Springhetti, dedicou um estudo profundo à “Storia e fortuna della Grammatica di Emmanuele Álvares S. J.”, que seria impossível não citar aqui. Nesse estudo, publicado na revista *Humanitas* 13-14 (1961-1962) 283-30, podemos verificar o êxito editorial que a obra conheceu ao longo dos séculos. Num quadro numérico necessariamente em aberto, o autor registou cerca de 530 edições, em cerca de 22 países, não só na Europa (com Itália à cabeça, seguida da Bélgica, Checoslováquia, Polónia, Alemanha, França, Portugal, Hungria, Lituânia, Suíça, etc) mas também na Rússia, na China e no Japão.

¹⁴ Margarida Miranda (ed.), *Código Pedagógico dos Jesuítas. Ratio Studiorum da Companhia de Jesus – Regime escolar e Curriculum de estudos*. Edição bilingue latim-português. Versão portuguesa de Margarida Miranda. “Ratio Studiorum, um modelo pedagógico” por José Manuel Martins Lopes, Lisboa, Esfera do Caos, 2009 [= *Ratio Studiorum*]. *Ratio* 1586, §72 ss.

¹⁵ *Ibidem*, §74.

¹⁶ Com algumas adaptações, sobretudo para prolongar o estudo da sintaxe, como se pode ver na *Ratio Studiorum* XII. 8, XV.12 e XIX.1.

Um estudo mais recente¹⁷ fez ascender significativamente esse número para 651 (entre 1570 e 1974), sugerindo ainda que essa cifra omitia toda uma tradição independente, ligada à edição do que Manuel Álvares designou como *Arte pequena*, que saiu a lume em 1573 em Sevilha (*De constructione octo partium liber, cum explicationibus actoris eiusdem,...*), e em Lisboa no mesmo ano. Essa edição breve, despojada dos comentários e apêndices para uso dos professores, destinava-se a ser mais acessível aos estudantes e a responder aos que, como os professores do Colégio Romano, a criticavam por ser demasiado prolixa. Ou seja: uma e outra cifra de edições da nossa gramática global são conscientemente incompletas, pois ignoram não só as edições da chamada *Arte pequena*, mas também as numerosas *reformulações, adaptações, glosas* que a tomaram como modelo e que foram produzidas por diversos discípulos seus, em diversas nações. O número 650 está portanto longe de se considerar encerrado.

Entre todas as edições merece uma palavra de relevo a de Amacusa, no Japão (1594), onde o compêndio conheceu uma edição trilingue, latim-português-japonês, com as conjugações verbais em três colunas, e com numerosas frases de autores japoneses e outros exercícios de comparação da realidade linguística japonesa com a realidade linguística latina e portuguesa¹⁸.

A *Gramática* de Manuel Álvares não foi global apenas nas numerosas publicações que conheceu e na diversidade de estudantes que formou. Foi também global no alcance universal do seu recorte linguístico, capaz de se adaptar aos diferentes recortes que cada língua opera sobre a realidade. Resultante da sua organicidade, ou da sua sistematicidade racional, a sua universalidade foi evidente não só aos jesuítas que ensinavam latim no século XVI como também àqueles que realizaram o primeiro encontro do português com as línguas não europeias.

De que resultava essa universalidade? Se, como vimos, não havia falta de gramáticas quando Manuel Álvares escreveu a sua, o que fez com que esta se impusesse e inaugurasse uma nova era no ensino da língua latina?

Não foi o resultado de uma decisão arbitrária dos superiores. De forma muito resumida, porque o tema foi abundantemente tratado por A. Torres, diria que a gramática de Manuel Álvares superava o carácter fragmentário das anteriores e a sua total falta de sistematização com uma organicidade completa no estudo da língua. Mas essa sistematização racional não se perdia em devaneios de investigação sobre razões. Mais do que a razão interessava a “vontade e o uso dos melhores autores” os quais eram “preferíveis às leis de todos os gramáticos”, dizia o jesuíta¹⁹. Interessava mais o convívio com os bons dos autores do que o aprofundamento da especulação teórica. À proximidade com os melhores autores acrescia a posição moderada ou eclética de Manuel Álvares em relação às controvérsias de ciceronianismo: ao modelo exclusivo de Cícero,

¹⁷ Carlos Costa Assunção e Toyoshima Masayuki, introdução a Manuel Álvares, *Emmanvelis Alvari e Societate Iesv De Institutione Grammatica libri tres* / ed. e introd. Carlos da Costa Assunção, Masayuki Toyoshima, 2012. Fac-simile da ed. de Amakusa, 1594. Texto em japonês, inglês e latim, p. 259.

¹⁸ Manuel Álvares, *Emmanvelis Alvari e Societate Iesv De Institutione Grammatica libri tres*, op. cit.

¹⁹ Amadeu Torres, op. cit.

Manuel Álvares afirmava preferir o convívio com a variedade de autores Antigos, sempre comandados por Cícero. Manuel Álvares sabia que nem sempre a estreiteza das leis gramaticais acompanhava toda a riqueza da expressão verbal. Por isso, situava-se inteligentemente entre a “ratio” e o “usus” da língua, como observou A. Torres²⁰. Com a gramática latina de Manuel Álvares, o conceito humanístico de gramática tornava-se realidade e expandia-se a todos os continentes, em sintonia com as aspirações epocais²¹.

Um capítulo em aberto no estudo das repercussões linguísticas da Gramática latina de Manuel Álvares é todo o campo de investigação acerca do papel que ela teve ainda no desenvolvimento da própria gramática portuguesa, pois todas as traduções escolares dos autores latinos eram, na verdade, composições práticas de português. Foi assim, com exercícios de tradução dos clássicos, que aprenderam língua portuguesa expoentes da nossa literatura como António Vieira – não em Lisboa, mas bem longe da Europa, no colégio da Baía, pela mão da Gramática Latina do padre Manuel Álvares.

Outro campo de investigação linguística capaz de prometer frutos igualmente inovadores seria o papel da Gramática de Manuel Álvares na formação de tantos jesuítas missionários, que se tornaram linguistas *avant la lettre*, e que foram pioneiros no encontro com as línguas não europeias. Para o trabalho de pregação e de evangelização, a compreensão dessas línguas era indispensável. E foi assim que nasceram não só os primeiros *letramentos*, isto é, a transcrição da escrita das línguas nativas num alfabeto latino (às vezes de línguas sem qualquer tradição escrita, outras vezes de uma língua com tradição escrita silábica e não alfabética), mas também as primeiras gramáticas de línguas indígenas, do Brasil à Índia, à China e ao Japão. Gramáticas de chinês, tâmil, concani, japonês, malaio, sem falar nas línguas do Brasil, são só alguns exemplos da atividade interlinguística de jesuítas como Henrique Henriques, S. J. (1536-1608), Tomás Estêvão, S.J (1549-1619), Matteo Ricci, S. J. (1552-1610), João Rodrigues, S. J. (1561-1633), Pedro Dias, S.J. (1621-1700) e Vincenzo Mamiani, S.J. (1652-1730), como se pôde ver em 2008 na exposição *Encontro do Português com as línguas não europeias. Exposição de textos interlinguísticos*, patente na Biblioteca Nacional de 2 de Junho a 29 de Agosto. Nesse encontro da Europa com línguas de diferentes culturas, que verbalizavam mundos diferentes por meio de instrumentos verbais igualmente diferentes, distinguiram-se muitos jesuítas e clérigos formados por jesuítas, que tinham tido em comum o mestre de língua latina, como sugere Telmo Verdelho, ao comentar a *Exposição de Textos Interlinguísticos: o Encontro do Português com as línguas não europeias*²².

Levaram com eles a cultura e a ciência humanística; muitos deles tinham estudado as três artes liberais – a gramática, a retórica e a dialéctica; eram “bons latinos” e estavam preparados para interpretar a variedade e a universalidade da comunicação humana pela palavra.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 100.

²¹ Sobre a posição de Manuel Álvares situada entre uma gramática mais racionalizante e explicativista (reduzida das diferenças) e uma gramática mais descritiva (mas também fragmentária) *vide* o estudo de Amadeu Torres, *op. cit.*, pp. 95-100.

²² Telmo Verdelho, *Encontro do Português com as línguas não europeias. Textos interlinguísticos*, Lisboa, BNP, 2008, p. 54.

O mosaico linguístico contactado foi amplíssimo e de uma pluralidade difícil de contar. Os ouvidos portugueses, nos quatro cantos do mundo, escutaram centenas de línguas (...) Confrontaram-se com sistemas fonéticos e de escritas que, ao primeiro contacto, desafiavam todas as regras da articulação harmoniosa dos sons e as leis da simetria, do equilíbrio e do número, na construção das letras. Ouviram estranhas maneiras de falar. Descobriram muitas línguas que se não escreviam e que eles souberam reduzir a alfabeto.

No esforço por interpretar as línguas nativas, os missionários mais aptos eram os que dispunham de um conhecimento mais sistemático da sua língua de referência, para reduzirem a categorias comuns os mais “desvairados” modos de falar que encontravam. E todos, quer missionários, quer nativos que depois de serem intérpretes compunham também as suas descrições gramaticais e inventariações de vocabulário, possuíam uma referência comum: a gramática latina do padre Manuel Álvares.

Seria por isso interessante examinar até que ponto esse processo interlinguístico beneficiou do recorte linguístico da gramática latina que a todos formou, como parece querer dizer a edição trilingue produzida no Japão.

No entanto, para um século XXI que esqueceu há muito o latim, a tarefa mais urgente é ainda reeditar e verter em português a própria gramática de Manuel Álvares.

Depois da edição já esgotada do fac-símile da edição de 1572, com introdução do Dr. Pereira da Costa, que em boa hora a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal publicou, por ocasião do seu V centenário²³, graças às atividades da Associação Portuguesa de Estudos Neolatinos, aguardamos para breve a primeira versão em língua portuguesa desta obra de um madeirense, que projetou a cultura e a língua portuguesa no mundo e que chegou ao século XXI atravessando, não dois, mas cinco séculos. A História mostraria, assim, que tinha razão aquele menino que não queria guardar a vinha de seu pai...

²³ Manuel Álvares, *Gramática Latina. Fac-símile da edição de 1572*, introd. José Pereira da Costa, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1972.